

DE QUEM É O CORPO? A HOMOAFETIVIDADE E O REGIONALISMO UNIVERSAL EM *MEU TIO TÃO SÓ*

José Humberto dos Santos Santana
Larissa do Nascimento Oliveira
Islan Bispo de Oliveira

Se um homem se deitar com outro homem, como se deita com uma mulher, ambos praticaram uma coisa abominável. Devem ser condenados à morte. Seu *sangue* cairá sobre eles (**Lev. 20:13**)⁵.

(...) discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio *sangue* (**Judith Butler**. In: PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera, 2002, p. 4).

RESUMO

O presente trabalho se propõe discutir, à luz da trama do conto *Meu tio tão só*, de Antônio Carlos Viana, inserido na obra *O meio do mundo e outros contos*, publicada em 1999, o modo como o corpo, supostamente, homossexual do personagem Bau é “enxergado” pela masculinidade hegemônica, bem como o modo como tal corpo é construído e controlado pelas normas regulatórias impostas pela sociedade heteronormativa contemporânea. Para tanto, trabalharemos com Butler (2000) e Louro (2000). Este conto narra a trajetória de isolamento, medo, solidão e angústia de Tio Bau, um “solteirão” que, segundo a perspectiva das pessoas com as quais convivia em uma cidade do interior (ou em um povoado), era um homossexual que não tinha coragem de “assumir” publicamente sua identidade de gênero. Não suportando as pressões sociais (a discriminação, a marginalização e o escárnio por parte da sociedade), tal personagem suicida-se. Além disso, este estudo procura observar, com base nos postulados de Araújo (2008) e Chiappini (1995), como ocorre a transposição do regionalismo “pitoresco” na referida narrativa.

Palavras-Chave: Homoafetividade. Corpo. Literatura.

5 É o terceiro livro do Antigo Testamento da Bíblia, contém 27 capítulos e está situado entre o Livro do Êxodo e o de Números. Faz parte do Pentateuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é, tradicionalmente, atribuída a Moisés. Recebe essa denominação porque contém a Lei dos sacerdotes da Tribo de Levi, a tribo de Israel que foi escolhida para exercer a função sacerdotal no meio do seu povo. Além disso, trata-se de um livro de caráter legislativo, pois possui, em seu texto, o ritual dos sacrifícios, as normas que diferenciam o puro do impuro, a lei da santidade, o calendário litúrgico e outras normas e legislações que regulariam a religião.

1 INTRODUÇÃO

O Ocidente, nesses últimos quatro mil anos da história humana, propagou com sangue, pedras, fogo e cruces a crença de que o amor e o erotismo entre pessoas do mesmo sexo constituíam o mais vil, sórdido e desonesto pecado, e que, por conta dele, Deus castigava a humanidade com epidemias, inundações e terremotos. Hoje, embora confiáveis pesquisas multidisciplinares assegurem que a homoafetividade (conjunto de ações, relações e situações praticadas entre pessoas do mesmo sexo) não constitui “doença, desvio e transtorno sexual”, muitos cristãos que se consideram “iluminados” e “guardiões da moral” ainda atribuem a proliferação de doenças, sobretudo das sexualmente transmissíveis, ao castigo divino contra a revolução sexual, contra a normalidade da homoafetividade e a união estável (casamento) entre pessoas do mesmo sexo, corroborando, desse modo, o perpetuamento das abominações do Levítico, reforçadas pelo rigor incendiário da Santa Inquisição, que condenava à morte os amantes homoafetivos (MOTT, 2006).

Na literatura brasileira, a maior parte dos textos literários (do período Barroco, com alguns poemas satíricos de Gregório de Matos (1636-1696) ao Naturalismo, com *Bom-Criolo* (1895), de Adolfo Caminha (1867-1897)), também retratam a temática da homoafetividade sob um viés moralista, religioso, estereotipado e preconceituoso, consonante aos contextos históricos e socioculturais em que foram produzidos. Esses textos tratam as relações homoafetivas como “pecado”, “vício”, “doença”, “distúrbio”, “perversão”, “redução da personalidade aos instintos animais”, logo cumprem a função de gerar o riso na sátira, articulando humor e preconceito, bem como a de denegrir e diminuir a masculinidade daqueles em quem a sociedade⁶ heteronormativa (conjunto canonizado

6 Durkheim define sociedade como um conjunto de regras e normas, de padrões de conduta, pensamentos e sentimentos existentes não só na consciência individual, mas também na coletiva, bem como postula que tais normas são estabelecidas

de regras, ações, relações e situações praticadas entre pessoas de sexos opostos) fixa o rótulo de “homossexual”. Nesse sentido, este estudo se propõe discutir, à luz da trama do conto *Meu tio tão só*, de Antônio Carlos Viana⁷, inserido na obra *O meio do mundo e outros contos*, publicada em 1999, o modo como o corpo, supostamente, homoafetivo do personagem Bau é “enxergado” pela masculinidade hegemônica⁸, em uma cidade do interior ou em um povoado, possivelmente, do Estado de Sergipe, bem como o modo como tal corpo é construído e controlado pelas normas regulatórias impostas pela sociedade heteronormativa contemporânea.

Este conto narra a trajetória de isolamento, medo, solidão e angústia de *Tio Bau*, um “solteirão” que, segundo a perspectiva das pessoas com as quais convivia, era um homoafetivo “incubado”, ou seja, um *gay* que não tinha coragem de “assumir” publicamente sua identidade sexual

ou gênero. Não suportando as pressões sociais (a discriminação, a marginalização e o escárnio por parte da sociedade), tal personagem suicida-se: enforca-se em um cajueiro.

por leis que regem os fenômenos sociais e que instituem nos indivíduos valores e referências independentemente de sua vontade. Weber, em contrapartida, defende a ideia de que a sociedade é tecida nas relações sociais, portanto os padrões, convenções e regras são constituídos e transformados nas relações estabelecidas entre indivíduos. Sendo assim, as normas estão relacionadas às motivações e ao sentido que os indivíduos atribuem às suas ações em relação ao outro com quem interagem (TOMAZI, 2000).

7 Nascido em Aracaju – SE, é tradutor e professor universitário. Publicou três coletâneas de contos: *Brincar de manja* (Cátedra, 1974), *Em pleno castigo* (Hucitec, 1981) e *O meio do mundo* (Libra & Libra, 1993).

8 A masculinidade representa não um tipo determinado de homem, mas uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas. Nesse sentido, não consiste em uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos; são configurações de práticas realizadas na ação social e organizadas em relação à estrutura das relações de gênero. As masculinidades hegemônicas existentes empiricamente podem ser analisadas em três níveis: a) local: construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas; b) regional: construídas no nível da cultura ou do estado-nação, portanto são simbolicamente representadas por meio da ação recíproca de práticas masculinas locais específicas que têm significância regional; e c) global: construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267).

Será que a morte, o isolamento e o silêncio são os únicos meios de os homoafetivos lutarem contra as violências moral, psicológica, simbólica⁹ e física as quais estão submetidos? Contra a exclusão e violação de seus direitos? Será que o extermínio de seus corpos constitui um dos meios a que a masculinidade hegemônica aderiu para se proteger da homoafetividade, uma vez que enxerga os corpos dos indivíduos que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo como abjetos¹⁰, anátemas e “anomalias”? Objetivando discutir o modo como esses estereótipos relacionados aos corpos homoafetivos são, socialmente, construídos e propagados, trabalharemos com Butler (2000) e Louro (2000).

O conto *Meu tio tão só* é narrado *in medias res* (inicia-se com a notícia do enforcamento de Bau na beira de um rio) por um narrador testemunha: o sobrinho do protagonista (uma criança que “está descobrindo as coisas do mundo”, ou seja, aquilo que é aceito e o que não é aceito pela sociedade heteronormativa; aquilo que tal sociedade valoriza e o que desvaloriza, marginaliza e, muitas vezes, extermina, por considerar uma ameaça aos seus padrões regulatórios; e perdendo, conseqüentemente, a inocência infantil).

Sendo assim, conhece-se a trama por meio do ponto de vista de uma criança que narra a morte, o velório e o sepultamento do tio; o desespero e sofrimento da mãe ao ver o irmão morto “com a língua de fora, os pés suspensos no ar” (p. 26) e dependurado em um galho de cajueiro; as ações, o desdém e os comentários maldosos que a sociedade tece acerca do comportamento do protagonista; o modo

9 O conceito de violência simbólica descreve o processo pelo qual a classe que domina impõe sua cultura aos dominados. Essa violência se expressa através da imposição legítima e dissimulada da cultura dominante e da interiorização involuntária desta pelos membros da cultura dominada. Desse modo, o dominado, uma vez que não se percebe como vítima desse processo, não se opõe ao seu opressor, ao contrário, o oprimido considera a situação “natural” e inevitável (BOURDIEU, 2007, p.12).

10 O abjeto designa precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000, p. 153).

como esta enxerga o corpo do tio: “as mulheres raspavam olho por certa parte do corpo dele, cochichavam entre si e depois engoliam a risada” (p. 28); sua angústia, ao testemunhar a crueldade dos membros da sociedade em que ele também está sendo inserido; sua aversão ao “olhar” social: “por isso mesmo que nunca tive coragem de entrar nu nas águas do rio com os outros meninos” (p. 28), e ao estereótipo de masculinidade hegemônica estabelecido: quanto maior o pênis, maior a masculinidade do indivíduo; bem como a atroz constatação de que, desde a infância, somos educados a seguir rigidamente certos padrões no que diz respeito à nossa sexualidade.

Tendo em vista que o super-regionalismo constitui uma tendência que se nutre da tensão dialética entre o local (gosto pela expressão local e pelo sentimento do exótico) e o universal (ARAÚJO, 2008), tendência essa marcada pelo refinamento técnico que transfigura as regiões e subverte os contornos humanos, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade (CANDIDO, 1987), este trabalho também procura descrever, com base nos postulados de Araújo (2008) e Chiappini (1995), como se dá a transposição do regionalismo “pitoresco” no referido conto.

2 GÊNERO, SEXO E MATERIALIZAÇÃO DOS CORPOS

A sexualidade consiste em uma construção sócio, política e cultural formada a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” (LOURO, 2000, p. 8), portanto sujeita a relações de dominação (CARVALHO, 2004, p. 1). Segundo Foucault (1993), trata-se de um dispositivo¹¹ histórico (preocupado com as

11 Conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT,

sensações do corpo e a qualidade dos prazeres) constituído de quatro conjuntos estratégicos que produzem técnicas móveis de poder sobre o sexo, com o objetivo de controle da população, a saber: histerização do corpo da mulher (intensa análise do corpo feminino), pedagogização do sexo da criança (controle da sexualidade infantil, considerada, ao mesmo tempo, natural e perigosa), socialização das condutas de procriação (em âmbito econômico e médico) e psiquiatrização do prazer perverso (isolamento dos instintos sexuais patológicos, a partir da classificação das condutas sexuais como normais e patológicas, a fim de medicá-los e normalizá-los).

Sendo assim, as múltiplas e distintas identidades sexuais e de gênero constituem os sujeitos ao passo que são interpelados a partir de diferentes situações, discursos, instituições e agrupamentos sociais. Reconhecer-se em uma identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Como somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes, tais identidades (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural.

De acordo com Carvalho (2004, p. 1), gênero é a construção histórica, social e cultural das diferenças baseadas no sexo. Trata-se de um conceito relacional, uma vez que masculinidade e feminilidade se definem por mútua oposição, inscrevendo-se numa relação de poder. Nesse sentido, o conceito de gênero ratifica que biologia não é destino, que ninguém é naturalmente homem ou mulher, masculino ou feminino, pois estes significados são socialmente construídos através do processo educacional que molda as identidades de sexo e gênero. Consequentemente, a construção e as expressões da masculinidade e da feminilidade são variáveis e plurais no espaço (conforme a classe

1993, p. 244). São estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles, portanto um dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre ligado, no entanto, a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam (ibid., p. 246).

social, religião, etnia, região) e no tempo (conforme a época histórica e a fase da vida individual).

Para Bourdieu (1999, p. 23), o gênero consiste em uma estrutura de dominação simbólica, pois os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação de poder em que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. Nesse sentido, a diferença biológica entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. Sendo assim:

As diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, que condensa duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 1999, p. 23; 33).

As diferenças de sexo e gênero integram um conjunto de oposições – um sistema de relações homólogas e interconectadas: sobre/sob, fora/dentro, alto/baixo, aberto/fechado, ativo/passivo, vazio/cheio, úmido/seco, branco/negro, dia/noite, sol/lua, céu/terra, direito/esquerdo, masculino/feminino – que têm significado antropológico e cosmológico. Essas oposições se inscrevem nas estruturas objetivas e cognitivas: apresentam-se em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. A experiência do mundo social – a percepção da concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas – legitima a apreensão das arbitrárias divisões do mundo social como naturais, evidentes, ou seja, legitima a conversão da arbitrariedade social em necessidade da natureza (BOURDIEU, 1999, p. 17-22).

Essa diferenças de sexo e gênero são, portanto, produto de um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social exercido sobre os corpos e as mentes, um trabalho histórico de des-historicização, que inverte a relação entre as causas e os efeitos, e permite ver uma construção social naturalizada (os gêneros como *habitus*¹² sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade, mas também da representação da realidade (BOURDIEU, 1999, p. 9-10).

O sexo, de acordo com Butler (2000, p. 151-152), é um dos principais fatores que transformam, através das dinâmicas sociais de construção, corpos físicos em corpos sociais. Consiste em um ideal regulatório que produz e governa os corpos, ou seja, que demarca-os, circula-os e diferencia-os. Sendo assim, o sexo não constitui uma condição estática do corpo, mas uma construção ideológica forçadamente materializada através do tempo pela atuação de normas regulatórias impositivas. Como a materialização do sexo é produzida através da reiteração forçada dessas normas, tal materialização nunca se completa e os corpos nunca se adaptam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta.

Essas normas regulatórias trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos, e, sobretudo, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. Para Butler (op. cit., p. 152-153), a reformulação dessa materialidade está relacionada

12 O conceito de *habitus* refere-se ao sistema de disposições adquiridas no processo de socialização primária. Consiste em uma capacidade cognitiva socialmente constituída, um sistema de esquemas de percepção, pensamento, apreciação e ação, produto da internalização dos princípios de um arbitrário cultural (BOURDIEU, 1999). São sistemas de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual, especialmente do corpo, sujeito à inércia (resistência física à modificação de seu estado de movimento). Os *habitus* de gênero são, portanto, fruto da educação informal, de um trabalho pedagógico psicossomático de nomeação, inculcação e incorporação que se inicia no processo de socialização infantil e continua através de variadas e constantes estratégias educativas de diferenciação, no mais das vezes implícitas nas práticas de vários agentes e instituições como a família, a igreja, a escola e os meios de comunicação (CARVALHO, 2004, p. 1).

à remodelação da matéria dos corpos como efeito de uma dinâmica do poder; ao entendimento da performatividade não como o ato pelo qual o sujeito traz à existência e aquilo que ela ou ele nomeia, mas como poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange; à construção do sexo não como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos; ao modo como se percebe o processo pelo qual uma norma corporal é assumida, apropriada, adotada: vê-la não como algo que se passa com um sujeito, mas como o sujeito (o “eu” falante) é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir uma sexualidade; e a uma vinculação desse processo de “assumir” uma sexualidade com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações. Na medida em que se compreende o sexo em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização das normas regulatórias, pois o sexo não é simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é; ele é uma das normas pelas quais o alguém simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

Visto que os corpos ganham sentido socialmente, os membros de uma sociedade constroem seus corpos objetivando o enquadramento na masculinidade ou na feminilidade, ou seja, tentam moldar e usar seus corpos para estar em conformidade com sua cultura ou com as expectativas de um determinado grupo étnico racial em relação ao modo como deve ser o corpo de uma mulher, o corpo de um homem, o de uma menina ou de um menino. Este entendimento nega as singularidades dos corpos, com suas diferentes formas físicas, tamanhos, forças e fraquezas (LORBER e MARTIN, 2001). Sendo assim, quando o corpo de uma pessoa contradiz as convenções sociais em relação ao peso, à altura, à forma ou à sexualidade, a sociedade em

que ela está inserida considera-a uma pessoa sem autocontrole e autorrespeito. Em contrapartida, as pessoas, cujos corpos cumprem as convenções, são admiradas, valorizadas e elogiadas, uma vez que alcançaram os ideais a serem seguidos.

A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, (...) pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 9).

Tendo em vista que os corpos são governados por normas regulatórias que têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que é legitimamente considerado como um corpo viável, a materialização do sexo pela atuação das referidas normas considera desprezíveis e deformados os corpos homoafetivos, pois, uma vez que a estrutura heteronormativa promove a heterossexualidade como a única sexualidade natural, normal e pura, os membros de tal estrutura enxergam o homem (ou mulher) que apresenta o gênero feminino (ou masculino) com repugnância (PRECIADO, (s/d)). Nesse contexto, ignora-se e desrespeita-se o desejo do sujeito, como se sua identificação ou fala sobre si mesmo não importasse o suficiente para que ele próprio pudesse ter agência em escolher livremente seus parceiros, a partir de sua identificação de gênero.

3. O CORPO DE TIO BAU E AS PRESSÕES SOCIAIS

No conto, o corpo de tio Bau, uma vez que não se adequa à estrutura heteronormativa imposta pela sociedade, é legitimamente considerado:

- i. um corpo que pesa:

Nunca pensei que galho de cajueiro fosse tão forte a ponto de aguentar um corpão como o do meu tio. Se ele tivesse pensado bem, não teria se arriscado tanto (p. 26) / Cinco ficaram aguardando para amortecer a queda, porque segurar o corpo de tio Bau ninguém ia conseguir mesmo. Quando o do alto cortou a corda, foi um baque só (p. 27) / Já mais calma, foi chamar uma carroça (p. 27) / Era mesmo uma galha muito forte, capaz de aguentar um outro corpo que não fosse ainda tão pesado como o dele (p. 28).

ii. um corpo que não vale a pena proteger:

Quem arriou o corpo dele foi um grupo de homens. Um subiu no cajueiro, os outros dizendo: ‘cuidado pra não quebrar a cara dele’, ‘vai ser a primeira vez que ele vai cair por cima’, como se o morto fosse um cachorro sem dono (p. 27) / Tio Bau não tinha um pé de pessoa a quem recorrer em suas horas de crise (p. 26) / Veio um monte de mulher pra costurar a mortalha feita de pano ruim, que de tão rala dava pra ver o outro lado (p. 27).

iii. um corpo que não vale a pena prantear:

Houve um começo de riso e as pessoas foram se afastando até só restar eu e minha mãe (p.27) / O resto da tarde foi uma festa só (p. 27) / Na ausência de minha mãe, elas ficavam só falando porcaria, contando histórias de tio Bau... (p. 28) / O enterro foi muito animado, o povo falando coisas cabeludas, agora sem mais nenhuma cerimônia. Tiravam graça com tudo o que era menino, perguntando qual deles era o verdadeiro viúvo (p. 28) / (...) cortejo foi minguido e na hora mesmo de cobrir o caixão só tinha eu, minha mãe e o coveiro (p. 28) / (...) a gritalhada da janela ainda foi maior (p. 28).

Considerando que as práticas corporais produzem corpos que seu grupo social considera adequadamente “masculino” ou “feminino”, o corpo de Bau, uma vez que não se enquadra no modelo de masculinidade hegemônica, é considerado um anátema, um corpo abjeto (corpo cuja vida não é considerada vida e cuja materialidade é entendida como não importante), deformado: “Correu a história que ele tinha uma “piroquinha” de criança que não metia medo nem em moça donzela” (p. 28). Como tal estrutura considera a heterossexualidade como a única sexualidade natural, normal e pura, a sociedade enxerga Bau (um homem que, supostamente, apresenta o gênero feminino) com desprezo: “Quando chegamos lá, tinha um

mundo de gente olhando tio Bau com a língua de fora, os pés suspensos no ar” (p. 26); e escárnio: / “(...) ‘vai ser a primeira vez que ele vai cair por cima’” (p. 27)” / “(...) tio Bau não podia sair à rua sem ver um cortejo de meninos atrás dizendo um monte de safadeza (p. 27).

Embora a sociedade insinue que o protagonista é homoafetivo, por meio de alusões com conotação sexual, como: *tinha piroquinha de criança* (de acordo com os estereótipos socialmente construídos, os homoafetivos têm, geralmente, pênis pequeno, uma vez que se acredita que, quanto maior o pênis, maior a masculinidade), *seria a primeira vez que ele iria cair por cima* (de acordo com a ideologia heteronormativa, os homoafetivos, em uma relação sexual, sempre se posicionam abaixo do “parceiro”. Esse posicionamento *em cima/embaixo* está relacionado, respectivamente, às noções de *atividade/passividade* nas interações sexuais, noções essas que definem, segundo Parker (2000, p. 131), a identidade sexual do sujeito, portanto o fato de Bau, de acordo com os membros da comunidade, posicionar-se passivamente, em suas relações sexuais, consiste em uma alusão à sua suposta homoafetividade) e *tinha mania de chamar menino pra dentro de casa e depois dava a eles as melhores goiabas* (na região Nordeste, especificamente no estado de Sergipe, o vocábulo goiaba, além de referir-se à fruta, também se refere, conotativamente, ao “ânus (alusão com conotação sexual), logo pode-se inferir que o protagonista dava goiabas (frutas) aos meninos que adentravam sua casa, tinha relações sexuais com estes ou que as goiabas (frutas) eram a forma de pagamento das relações sexuais com os meninos), ressalva-se que não se pode chegar à conclusão de que Bau realmente é gay porque os fatos são narrados em primeira pessoa por um narrador testemunha cujo ângulo de visão é periférico (narra-se somente aquilo que o narrador conseguiu observar ou testemunhar), e, sobretudo, porque são narrados por uma criança cuja perspectiva é restrita: narra apenas o que consegue enxergar e os comentários

“maldosos” que a sociedade tece acerca do comportamento e da sexualidade do tio.

Como a produção eficiente da masculinidade heterossexual depende da separação obrigatória de genitalidade e analidade (PRECIADO, (s/d)), o fato de Bau dá goiabas aos meninos (considerando que o termo goiaba, em Sergipe, também pode referir-se alusivamente ao ânus) denota uma transgressão da lógica heteronormativa, protestando contra um modelo de masculinidade hegemônica em que a prática sexual anal é tida como desviante (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). O fato do protagonista depilar-se: “Tio Bau não tinha nem um fio de cabelo nem no peito nem no rosto” (p. 28) também se mostra como uma prática transgressora da masculinidade, pois o ato da depilação geralmente é atribuído ao sexo feminino, embora muitos homens heterossexuais já o tenham aderido.

Com base nas evidências supracitadas, percebe-se que o protagonista, sendo ou não homoafetivo, foi julgado, discriminado, ridicularizado pela sociedade heteronormativa: “(...) todos ali tinham culpa em cartório, que não tinha um só que não tivesse um dia atirado uma pedra em tio Bau” (p. 27), e condenado à solidão (o próprio título revela esta condição de Bau: “Meu tio tão só”) como se não tivesse (caso fosse *gay*) o direito de escolher seu(s) parceiro(s): “Tio Bau não tinha um pé de pessoa a quem recorrer nos momentos de crise (p. 26). Seus desejos foram desrespeitados e silenciados; seu corpo, que era considerado um anátema, foi visto com repugnância por não se emoldurar na estrutura heteronormativa que apregoa a heterossexualidade como a única sexualidade natural. Nesse sentido, nota-se que Bau sofreu quatro formas de violência: a moral, representada pelas agressões verbais (injúrias à sua reputação) que sofria e suportava calado; a psicológica, representada pela degradação e controle de suas ações, comportamento, desejos e sentimentos, através das constantes humilhações e do atroz isolamento ao qual

estava submetido; a simbólica, retratada na interiorização, sem contraposição, do padrão de masculinidade imposto pelos membros da cultura dominante, ou seja, da comunidade; e a física, que se reflete no suicídio (destruição de seu próprio corpo) como a única estratégia de resolução de todos os seus problemas e angústias. Nesse sentido, a morte é vista como um escape às imposições sociais (aos critérios de masculinidade exigidos aos quais seu corpo não se adequava), ou seja, como o único meio de alcançar a liberdade.

Nessa perspectiva, conclui-se que Bau se suicidou porque não suportou a solidão e porque seu corpo não se adaptou completamente às normas regulatórias: as pressões sociais que tentavam insistentemente demarcar e diferenciar seu corpo. Portanto, foram os membros da sociedade heteronormativa quem o levou à morte; foram eles os verdadeiros culpados pelo seu enforcamento. Sendo assim, a irmã de Bau agiu corretamente quando os acusou: “(...) ‘seus assassinos’, ‘seus covardes’” (p. 27).

4 A TRANSPOSIÇÃO DO REGIONAL

O regionalismo, como tendência literária tanto quanto movimento, constitui um fenômeno universal, ora mais, ora menos atuante; um processo histórico dentro do qual há continuidades e rupturas, com implicações que extrapolam os limites do sistema literário. Enquanto movimento, consiste na manifestação de grupo de escritores que, programaticamente, defendem sobretudo uma literatura que retrata uma certa região rural, em oposição aos costumes, valores e gostos citadinos, principalmente das grandes capitais. Como tendência, tem o propósito de aproximar solidariamente o leitor citadino ao homem pobre do campo, auxiliando-nos a destruir preconceitos, a respeitar a diferença e a alargar nossa sensibilidade ao descobrir, por conseguinte, a humanidade do outro de classe e de cultura (CHIAPPINI, 1995, p.154).

Impulsionada pelo gosto da descrição local (costumes, valores e linguagem típicos do homem rural) e pelo sentimento do exótico (exaltação da natureza (fauna e flora) campesina), a tendência regionalista atravessa toda a história do sistema literário brasileiro, agregando ao seu conceito noções como “localismo”, “pitoresco” e “bairrismo”. Desse modo, podemos considerar o sentimento regionalista como uma das dominantes construtivas tanto do romance romântico brasileiro quanto de momentos decisivos da formação da moderna tradição literária.

Como um fator dinâmico, a noção de regionalismo reside no campo extraliterário e se constrói historicamente, contudo tem sido imprescindível à vida literária do país, com manifestações significativas nos dois momentos decisivos da literatura brasileira: o Romantismo e o Modernismo (ARAÚJO, 2008, p. 120).

Muitas obras dessa tendência, uma vez que são estreitas, esquemáticas, pitorescas, superficiais, são condenadas ao isolamento, "ao beco". Contudo, há obras que conseguem superar tais dificuldades e adquirem, por conseguinte, o estatuto de obras-primas, ou seja, obras tão ou mais significativas esteticamente quanto qualquer romance ou conto urbano com pretensão cosmopolita. Para afirmar a universalidade de uma obra regionalista, é preciso descrever como ocorre a superação dos limites da tendência, de dentro dela mesma, pela potencialização de suas possibilidades artísticas e éticas, ou seja, é preciso que o autor crie uma linguagem que supra, com verossimilhança, a assimetria radical entre o escritor e o leitor cidadão, humanizando-o em vez de aliená-lo quanto ao tema e ao homem rural representado. Nesse sentido, para transpor o regional, a obra não pode distanciar preconceituosamente o leitor do homem do campo. Para tanto, é necessário “estabelecer pela arte uma ponte amorosa que lhe permita sair dos seus guetos citadinos, comunicando-se com e aprendendo sobre outros tantos becos deste mundo” (CHIAPPINI, op. cit., p. 155).

Embora a presença de elementos “pitorescos”, “exóticos” como: *carroça para transportar o corpo do defunto* (que simboliza ausência de industrialização (de automóveis) e pressupõe a presença de animais típicos do campo como cavalos e mulas), *cajueiro na beira do rio* (árvore típica da região nordeste, especificamente do estado de Sergipe), *goiabeira* (que pressupõe pomar), *estrada de areia quente* (que denota local sem asfalto), *buchada com fava e sarapatel* (comidas típicas da região nordestina), *mortalha costurada em casa pelos amigos e vizinhos* (costume próprio de pessoas campestres) evidenciem que os acontecimentos do conto “Meu tio tão só” ocorrem em uma pequena cidade ou em um pequeno povoado e que as personagens são residentes no interior (lugar onde o peso dos costumes tradicionais torna mais obscura a ideia de individualidade), o autor, através da perspectiva de uma criança e de uma linguagem incisiva como uma lâmina, perspicaz que presentifica os fatos, as personagens e os sentimentos (não só os que se explicitam, mas também os que somente se insinuam em um gesto, em um olhar ou em um esboço de ideia que o próprio personagem não desenvolveu), revela ao leitor citadino que as práticas discursivas adotadas por aquela comunidade rural acerca da concepção de masculinidade são semelhantes ou iguais às defendidas e propagadas, cotidianamente, pelas masculinidades hegemônicas globais: ambas desrespeitam, rejeitam, desprezam, agridem verbal ou fisicamente, e exterminam os corpos homoafetivos. Essa revelação aproxima o leitor (independentemente de sua vontade) de um tema polêmico e universal: a tentativa de extermínio dos indivíduos que se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo praticada, diariamente, em todos os continentes e regiões do planeta, pela sociedade heteronormativa em prol da “preservação” da masculinidade hegemônica; e leva-o a refletir acerca de suas convicções em relação ao que considera masculino e feminino, bem como sobre a imposição das normas regulatórias que consideram a heterossexualidade como a única sexualidade “normal” e que marginalizam e aniquilam, conseqüentemente, os corpos dos indivíduos que não se enquadram no

estrutura heteronormativa ou que não se adaptam a materialização de tais normas.

Na medida em que esta narrativa consegue estabelecer pela linguagem uma ponte temática entre o leitor e o protagonista, transpõe as fronteiras do “pitoresco”, do “localismo, ou seja, a descrição das práticas discursivas de uma masculinidade hegemônica exclusivamente regional ou local, sai do “beco” ao qual muitas obras regionalistas estão condenadas, afirma sua universalidade e adquire o estatuto de obra-prima da literatura brasileira contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este conto, narrado propositalmente por um indivíduo em desenvolvimento físico, mental, moral e social, portanto desprovido de preconceitos e estereótipos sociais, retira as máscaras que ocultam o verdadeiro caráter e as ações da sociedade heteronormativa, e expõe o drama (a solidão, a exclusão, a angústia, o desespero e o desrespeito) vivenciado pelos indivíduos homoafetivos. Revela que, muitas vezes, o isolamento é a única arma dos homossexuais contra o preconceito, contra a rejeição; que o sexo não consiste em uma condição estática do corpo, mas uma construção ideológica que controla os corpos; que a sociedade marginaliza e, muitas vezes, extermina os indivíduos cujos corpos não se adequam às normas regulatórias que garantem a propagação da superioridade heterossexual; que os membros da estrutura heteronormativa, uma vez que moldam seus corpos objetivando o enquadramento na masculinidade ou na feminilidade, desprezavam o homem que apresenta o gênero feminino e ignora seu desejo de escolher livremente seus parceiros; e que a morte se torna, muitas vezes, o meio a que os homoafetivos aderem para escapar das pressões sociais.

Nessa perspectiva, pode-se concluir, com base no enredo dessa narrativa, que o sexo, enquanto ideal regulador que produz e governa os corpos, é o principal responsável pela exclusão, sofrimento e extermínio dos homoafetivos. Sendo assim, precisamos reformular, urgentemente, as normas regulatórias que asseguram e propagam o modelo de masculinidade hegemônica, que despreza, desrespeita, deforma, marginaliza e aniquila os corpos homoafetivos, porque “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2012 [1988], art. 5º, p. 8), ou seja, porque estes corpos, assim como os dos indivíduos heterossexuais, têm direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança, portanto têm o direito de viver em sociedade, ser respeitado, escolher com quem se relacionar, casar-se (união civil) e constituir família.

Para tanto, precisamos enxergar os indivíduos homoafetivos como sujeitos que pensam, atuam, trabalham e consomem como qualquer outro cidadão, portanto merecem ser respeitados e valorizados; bem como criar uma nova estratégia que rompa os limites identitários impostos pela tecnologia de gênero, uma vez que esta pressupõe que todas as identidades, sexuais e de gênero, possuem papéis sociais pré-definidos; ou seja, precisamos substituir o contrato sexual centrado na heterossexualidade, *que legitima a sujeição de uns corpos sob os outros*, pelo contrato da contrassexualidade¹³, onde os corpos não mais se reconheceriam a si mesmos como “homens” ou

13 A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, mas sim o fim da natureza como ordem que legitima a sujeição de uns corpos sob os outros; é uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas têm sido inscritas nos corpos como verdades biológicas (BUTLER, 2003). Nesse contexto, trata-se de uma teoria do corpo que se posiciona fora das oposições do masculino/feminino, homo/heterossexual; que define sexualidade como tecnologia e vê os elementos diferentes do sistema de gênero/sexo como “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual” e as suas práticas e identidades sexuais como máquinas, produtos, ferramentas, aparelhos, engenhocas, próteses, chaves, leis de circulação, fronteiras, necessidades, modelos, lógicas, equipamentos, formatos, acidentes, lixo, mecanismo, esforços, re-dedicação (devoção) (PRECIADO, 2002, p.11).

“mulheres”, “masculino” ou “feminino”, “heterossexual” ou “homossexual”, *mas sim como corpos falantes* (PRECIADO, 2002, p. 10).

Além disso, é preciso promover rupturas no modo de pensar das pessoas, principalmente na fase inicial de vida, infância, a fim de que os preconceitos, quaisquer que sejam (de raça, sexo, classe), possam ser rompidos. A literatura denuncia, critica, questiona e problematiza, contudo cabe ao leitor pensar e buscar possíveis soluções.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. H. Tradição do Regionalismo na Literatura Brasileira: do pitoresco à realização inventiva. **REVISTA LETRAS**, Curitiba: Editora UFPR, v. 74, p. 119-132, jan./abr. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 36. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2012. 103 p.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In. LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987. In: ARAÚJO, H. H. Tradição do Regionalismo na Literatura Brasileira: do pitoresco à realização inventiva. **REVISTA LETRAS**, Curitiba: Editora UFPR, v. 74, p. 119-132, jan./abr. 2008.

CARVALHO, M.E.P. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Revista Ártemis**, João Pessoa – PB, n.1, vol. 1, dez 2004. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/2364/2068>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

CHIAPPINI, Lígia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 153-159.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, mai. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

LOURO, Guacira. Pedagogias da Sexualidade. In: _____ (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 7-34.

LORBER, J. & MARTIN, P. Y. The socially constructed body: insights from feminist theory. In: KVISTO, Peter. **Illuminating Social Life: Classical and Contemporary Theory Revisited**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2001, p. 183-206.

MOTT, L. Homoafetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da Sexualidade. In: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 125-150.

PEREIRA, P.P.G. Body, sex and subversion: reflections on two queer theoreticians. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.26, p.499-512, jul./set. 2008

PRECIADO, Beatriz. **O Manifesto Contrassexual**. Madri: Editora Opera Prima, 2002.

_____. **Basura y Género. Mear/Cagar. Masculino/Feminino**. (s/d). Disponível em: <www.hartza.com/basura.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.10, n.1, Jan. 2002.

TOMAZI, Nelson D. et al. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

VIANA, Antônio Carlos. **O meio do mundo e outros contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.